

# Acertando o Passo

O Congresso aceitou o ônus político de derrubar, ontem, a estabilidade do servidor público a um ano da eleição. O fim da estabilidade custou ao governo um grande empenho. A resistência dos partidos em aprovar medidas impopulares em época de campanha eleitoral é tudo o que os grandes especuladores esperam. Empresas de consultoria do mercado financeiro vêm alertando seus clientes para uma praxe dos fundos que operam no mercado internacional: atacar economias frágeis durante campanhas eleitorais. Nesses períodos, políticos evitam decisões que atrapalhem seus planos. Ajustes fiscais não combinam com eleição.

Como boa parte dos governantes e parlamentares é de políticos profissionais, em todo o mundo, os especuladores sabem que ninguém atrapalhará a própria reeleição. Ajustes fiscais normalmente implicam cortes de despesas, aumento de impostos, desemprego, recessão e eliminação de privilégios de categorias que podem render votos. Economia e política andam de mãos dadas e a especulação apostou nisso.

Como em período eleitoral o político tende a só pensar no eleitor o especulador fecha o cerco. Se o parlamentar cai na armadilha do individualismo a nação torna-se vítima indefesa do ataque externo.

Preocupado com o voto, o político passa a defender interesses corporativos, regionais, e a atacar tudo que peça sacrifício ao eleitorado. Brada contra a recessão, o desemprego, a taxa de juros, o aumento de impostos ou corte de despesas e dispara a apoiar soluções que empurram o problema para depois das eleições. Coisas como empréstimos do FMI, desvalorização cambial ou até absurdos como moratória. Nada que ameace o voto. Pouco importa que mais tarde a conta vá para quem o elegeu.

O Brasil entra, portanto, em período de alto risco. Se os jogadores do cassino financeiro internacional resolverem apostar contra a banca nacional, o cidadão espera que os parlamentares não paguem para ver. Isso o México e os tigres asiáticos fizeram. E perderam. Qualquer recessão para defender a moeda seria mais branda que a ressaca de uma desvalorização cambial. Desvalorização brusca do real levaria a recrudescimento imprevisível da inflação.

Análise da empresa de consultoria Macrométrica calcula que a maxidesvalorização poderia resultar em recessão de 6% do Produto Interno Bruto em pouco tempo, como aconteceu no México em 95, quando desvalorizou o peso. O Brasil espera que as eleições não sirvam à especulação internacional.